

economia

Projeto da CMPC é debatido em audiência na AL

Empresa quer implementar sua nova fábrica de celulose de R\$ 27 bilhões na cidade de Barra do Ribeiro

/ INDÚSTRIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Dezenas de pessoas se reuniram na sala Maurício Cardoso da Assembleia Legislativa, lotada, para a audiência pública que debateu o novo projeto de produção de celulose da CMPC, que prevê, entre outras ações, a construção de uma fábrica no município de Barra do Ribeiro.

A discussão dividiu críticos, que reforçaram os possíveis impactos ambientais e às comunidades indígenas e de pescadores da região, e defensores, que ressaltaram, especialmente, a geração de postos de trabalho e renda com a iniciativa que estima um investimento de R\$ 27 bilhões, considerado o maior aporte privado da história do Estado.

Para acessar o recinto foram distribuídas senhas. Houve até algumas animosidades e pequenas discussões entre os participantes, mas sem excessos e controladas pelos deputados organizadores do evento (Leonel Radde, Miguel Ros-

setto, ambos do PT, e Marcus Vinícius Vieira de Almeida, do PP).

Um dos primeiros a se manifestar foi o gerente do Projeto Natureza (como é chamada a iniciativa da CMPC), Otemar Alencastro, que informou que no pico das obras da fábrica deverão ser gerados 12 mil empregos. Já a produção de celulose deve chegar a 2,5 milhões de toneladas por ano. Alencastro também comentou sobre o reflexo da operação nos recursos hídricos da região.

“Não há impacto para o Guaíba com os nossos efluentes”, afirmou. No entanto, o geólogo e professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Rualdo Menegat, por vídeo, ressaltou a preocupação com esses efluentes e a possibilidade de acumulação de toxinas no leito do lago. “A água do Guaíba é inegociável”, sustentou.

O professor do Instituto de Biociências da Ufrgs e integrante do InGá, Paulo Brack, acrescentou ainda que o empreendimento será responsável por gerar 242 mil metros cúbicos de efluentes por dia. “Mais

do que a quantidade de efluentes gerados pela população de Porto Alegre”, alertou. Já a engenheira química Alda Maria Correa reforçou o receio dos impactos que os produtos químicos usados na produção de celulose podem causar no meio ambiente e destacou que se trata de uma questão que é “problema nacional e não local”.

Airton Correa, representando a classe dos pescadores, criticou a falta de comunicação da empresa, defendendo que é necessário conversar com todas as comunidades tradicionais da região. “Não somos contra a implantação da empresa, mas que seja algo sustentável”, disse. O Mbya Guarani Arnildo Werá também cobrou um maior diálogo com a população indígena e que o desenvolvimento seja sustentável. “Parece que para ganhar um emprego tem que vender a saúde”, lamentou Werá.

O morador de Guaíba e integrante da associação Amigas da Terra Eduardo Raguse ainda questionou os reflexos da atual produção de celulose da CMPC na sua

unidade guaibense. Participante do coletivo Ser-Ação, Sophia Maia, complementou que é fundamental ter cuidado com o meio ambiente para combater as possíveis emergências climáticas.

Por outro lado, em apoio ao projeto da CMPC, a vice-prefeita de Barra do Ribeiro, Kátia Feijó (MDB), enfatizou que se trata de um investimento responsável. “E que, se Deus quiser, vai ser instalado (no município)”, previu. Outra cidade que tem interesse na iniciativa é Rio Grande. A prefeita rio-grandina, Darlene Pereira (PT), lembrou a geração de impostos que o complexo acarreta. “É preciso buscar as melhores alternativas e respeitar as comunidades tradicionais, mas também as oportunidades de trabalho e renda”, argumentou.

Por sua vez, a prefeita de Guaíba, Claudinha Jardim (PL), frisou que a região é muitas vezes esquecida por investimentos. “E esse se trata de um dos maiores empreendimentos sendo desenvolvidos na América Latina”, reiterou. O secretário adjunto na Secretaria de De-

envolvimento Econômico do Rio Grande do Sul, Roger Pozzi, defendeu o trabalho técnico na avaliação da iniciativa. “Porque sabemos da importância dele”, apontou.

Responsável pela área de Relações Governamentais da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), Djonathan Chiarel frisou o efeito multiplicador na economia que o projeto significará. Pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Diogo Bier enfatizou a possível “grenalização” do investimento. Radde, por sua vez, argumentou que não via uma “grenalização”, já que o governo federal auxiliou a destravar as liberações para o terminal de celulose da CMPC em Rio Grande, e o governador tem apoiado o empreendimento. O deputado Marcus Vinícius ressaltou que 12 das 13 bancadas se manifestaram a favor do projeto (PSOL não assinou apoio), e Rossetto assinalou que é importante ouvir todos os lados e que outras audiências devem ser realizadas.

Com respaldo da PGE, governo do RS mantém licenciamento ambiental

Gabriel Margonar

gabrielm@jcrs.com.br

O governo gaúcho mantém o andamento do licenciamento ambiental do Projeto Natureza, da CMPC, apesar dos questionamentos do Ministério Público Federal (MPF) sobre a necessidade de novas consultas a comunidades indígenas potencialmente impactadas pelo empreendimento. A posição foi respaldada pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que afirma haver segurança jurídica no processo conduzido pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

Com investimento estimado em R\$ 27 bilhões, o Projeto Natureza prevê a construção de uma nova fábrica de celulose em Barra do Ribeiro, além da implantação de estruturas logísticas – como um terminal portuário em Rio Grande – e da ampliação da base florestal da companhia no Estado. A CMPC considera o empreendimento estratégico, mas já admitiu que eventuais atrasos podem comprometer o cronograma.

A tensão envolvendo o projeto ganhou novo capítulo na última semana, quando o MPF ajuizou ação civil pública contra a Fepam, a União, a Fundação Nacional dos Povos Indi-

genas (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O órgão federal sustenta que o processo de licenciamento exige estudos complementares e consultas às comunidades indígenas antes de avanço na análise ambiental.

Segundo o MPF, os estudos apresentados pela empresa não contemplariam adequadamente os impactos indiretos sobre territórios e populações indígenas. O procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, afirma que o procedimento adotado até o momento segue os parâmetros legais. “A PGE tem convicção jurídica da adequação e legalidade do proce-

dimento de licenciamento conduzido até o momento”, diz.

A ofensiva judicial ocorreu poucas semanas após uma decisão liminar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) suspender a recomendação anteriormente emitida pelo MPF para que o licenciamento fosse adiado. Na decisão preliminar, o CNMP entendeu que a recomendação não possuía efeito vinculante e não poderia ser utilizada para a paralisação do processo.

Costa reafirma que a suspensão da recomendação não alterou, na prática, o andamento do licenciamento ambiental. “Sua suspensão

apenas precipitou o ajuizamento da ação, sem produzir alteração concreta no cenário”, avalia.

A Justiça Federal ainda não analisou a solicitação de liminar do MPF, e a Fepam continua analisando a o pedido de licença prévia do empreendimento.

O governo gaúcho sustenta que, até o momento, não existe decisão judicial determinando a paralisação do processo de licenciamento. “Manteremos a convicção da adequação jurídica do procedimento, razão pela qual acreditamos que não haverá decisão contrária ao empreendimento”, conclui Costa.

Tricofest
A AUTÊNTICA MALHA TRICOT

08 de Maio a 21 de Junho
Nova Petrópolis
🕒 10h às 19h 📍 Centro de Eventos
Sextas, sábados e domingos

INGRESSO E ESTACIONAMENTO GRATUITOS

Patrocinador: Ave Sarra, Sicredi, Picumê, L&L, Banrisul, AMNPPC, Prefeitura de Nova Petrópolis

Realizador: AMNPPC